

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência  
**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SABERES NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO<sup>1</sup>**

**Claudia Espindola<sup>2</sup>, Cleusa Inês Ziesmann<sup>3</sup>, Andreia Rotta<sup>4</sup>, Juliana Bieger<sup>5</sup>.**

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa realizado junto ao grupo GEPTEC-Educação Inclusiva, Diversidade, Cidadania e Tempo Integral, da Universidade Federal Fronteira Sul

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Letras – Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo. Membro do Grupo de Pesquisa GEPTEC e GPDIRSOCIAIS. E-mail: claudiaespindola@bol.com.br

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação (PUCRS), Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUI), Pedagoga (UNIJUI). Professora de Libras, Educação Inclusiva e TCC na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS/campus Cerro Largo. Membro do Grupo de Pesquisa GEPTEC e GPDIRSOCIAIS. E-mail: cleusa.ziesmann@uffs.edu.br

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo. Membro do Grupo de Pesquisa Educação GEPTEC e GPDIRSOCIAIS. E-mail: andreiarotta2009@hotmail.com

<sup>5</sup> Acadêmica do Curso de Letras – Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo. Membro do Grupo de Pesquisa GEPTEC e GPDIRSOCIAIS. E-mail: juliana\_bieger@hotmail.com

### **Introdução:**

Nesse trabalho buscamos trazer para o debate o assunto que gera muitas polêmicas e dúvidas, a educação especial e inclusiva. Para nós, a educação inclusiva em todas as instituições de ensino regular necessita de salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), ou seja, uma sala que tenha professores especializados para atender crianças e adolescentes cada um na sua especificidade, ou seja, cegos, deficientes intelectuais, deficientes físicos e surdos, porém, na maioria dos casos, há apenas uma pessoa capacitada e esse profissional, possui experiência em apenas uma ou duas áreas em específico. Dessa forma, sem conhecimento adequado muitos alunos acabam sendo atendidos de forma irregular, e acaba gerando insucesso no processo de ensino e aprendizagem, ainda que estejam incluídos.

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação e o Decreto 5.625 (de 22 de dezembro de 2005) todas as escolas devem organizar espaços físicos e a capacitação de profissionais para o atendimento de alunos com deficiências. Assim, as salas de recursos são organizadas para ofertar o seu atendimento educacional especializado no turno oposto a sala de aula regular, com professores qualificados para que seja possível um ensino de qualidade a todas as crianças.

Nosso objetivo diante deste contexto é trazer para discussão a qualidade educacional, quando nos referimos à educação especial na perspectiva inclusiva, como também, nosso posicionamento e aprendizagem como futuros educadores aptos a atender alunos com deficiências.

### **Metodologia:**

O presente artigo é realizado por um grupo de acadêmicos da Universidade Federal Fronteira Sul em conjunto com uma docente, todos participantes do grupo de pesquisa GEPTEC, que estuda e se interessa pela linha de pesquisa em Educação Inclusiva. O trabalho do grupo está alicerçado na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (MEC/2008), que visa

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

assegurar a participação e a aprendizagem de alunos com deficiências, transtornos de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas de ensino regular, tendo como princípio básico a igualdade de acesso ao estudo nos seus diversos níveis de ensinos.

Nosso estudo é uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. A base metodológica que nos dá suporte à pesquisa busca apoio em Ludke e André (1986), Yin (2005) e Bogdan e Biklen (1982). A opção por esse método ocorreu porque objetivamos reunir o maior número de informações de diferentes fontes para compreender a situação da formação, dentro de uma perspectiva de Educação Inclusiva, em um contexto escolar e descrevê-la em sua complexidade. Esse estudo foi realizado durante o ano de 2015 e finalizará no ano de 2016.

### Resultados e Discussão:

A história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos que desafiando os conceitos, vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis.

Em 1948, foi assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos garantindo a “educação para todos”. O movimento de pessoas com deficiência começa a ganhar força política e social e em 1954 quando é fundada a primeira APAE, que atende para o Ensino Especial com opção à escola regular. No Brasil, a educação de surdos deu-se sob influência do Instituto de Paris, onde em 1957, no Rio de Janeiro, surgiu a primeira escola de surdos brasileira, contando com apoio de Dom Pedro II. A partir desse momento, muitas mudanças ocorreram e em 1930 o local passou a ser chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Em 1961, é fixada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que garante o direito a criança com deficiência a educação, preferencialmente em escola regular. No ano de 1988, a Constituição Federal estabelece igualdade no acesso à escola, sendo dever do Estado cumprir com esse atendimento, mesmo que isso não fosse cumprido como deveria.

Em 1990, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) estabelece como dever da família ou responsável a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino. Em 1994, a educação especial sofre influência da Declaração de Salamanca, onde se define políticas, princípios e práticas da Educação Especial, condicionando ao ensino regular. A educação de alunos com deficiência tem se voltado nas últimas décadas para a chamada Educação Inclusiva.

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar, [...], pois tais escolas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos [...] (UNESCO, 1994, apud DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, p. 8-9)

Isso quer dizer que todos os alunos com deficiências devem ser inseridos no sistema regular de ensino, com o mínimo possível de distorção idade-série. Mas não significa que a inclusão seja, simplesmente, matricular os alunos com deficiências nas escolas de ensino regular, ignorando suas necessidades específicas, o seu ritmo e tempo durante o processo de aprendizagem, mas sim, dar ao professor e à escola, o suporte necessário à sua ação pedagógica. Em 2001, as redes públicas abrem e divulgam como crime a recusa de matrícula de crianças com deficiência.

A partir de 2003, a inclusão é amplamente difundida em todas as instituições de ensino e o MEC, cria o Programa de Educação Inclusiva. Em 2008, a Política Nacional de Educação Inclusiva define

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

que todos devem preferencialmente estudar e estar matriculados nas escolas do ensino regular. Documentos oficiais asseguram então o direito de que todas as crianças tenham o acesso à educação de qualidade.

Ao falarmos em educação especial, estamos falando de uma área do ensino que necessita recursos pedagógicos especiais, que ofereça a cada aluno um suporte necessário para que consiga inserir-se junto ao currículo escolar comum, podendo desenvolver suas capacidades cognitivas, e assim, é necessário que nos questionemos se os alunos em processo de inclusão são percebidos além das suas diferenças e se suas necessidades são respeitadas a partir dessas diferenças.

Nos referimos várias vezes a formação de professores na educação especial, mas se pensarmos que o movimento inclusivo traz a criança para o ensino regular, de que modo os demais docentes estão sendo preparados para trabalhar com os alunos com deficiência? Roldão (2008, p.8) nos faz pensar sobre,

[...] o professor que, num passado não muito distante, trabalhava com e, sobretudo, para o sucesso de uma faixa restrita e relativamente homogênea da sociedade, tem hoje uma diversidade de públicos considerável. A finalidade da sua ação não se limita mais à confortável percentagem de sucesso para 60 a 70% dos alunos ditos “médios” e “bons”(que o seriam quase “naturalmente”), mas situa-se na procura de tornar a educação efetiva e de qualidade para todos- num tempo em que o direito de todos tem que passar dos princípios aos factos, mas em que esses todos são cada vez mais diferentes.

Atualmente, os cursos de licenciaturas trazem conceitos de educação inclusiva contribuindo na preparação docente para atuar em contextos educacionais inclusivos, porém ainda há muito a ser feito e estudado, para efetivamente prepará-los para atuar em sala de aula onde esses alunos estejam presentes.

**Conclusão:**

Entendemos que a inclusão se faz na aceitação, no entendimento e na aprendizagem, onde é necessário olhar para a educação inclusiva, para a sala de recursos (AEE) e buscar identificar as ações dos sujeitos, suas aprendizagens, seus conhecimentos, sua forma única de ser e de se constituir. Para a inserção de crianças com deficiências, a escola deve propor no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos, de modo a qualificar o processo de ensino e aprendizagem.

Os debates acerca da educação inclusiva são de fundamental importância em nossa formação docente. Precisamos ainda nos questionarmos e investigarmos muito sobre todo esse processo de inclusão, pois estando engajados e determinados, poderemos promover uma educação cada vez melhor para todos.

**Palavras-chave:** Inclusão; atendimento especializado (AEE); educação;

**Referências:**

ANDRÉ, Marli. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. Educação, Porto Alegre, v.33, n.3, p.174-181, set/dez, 2010.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

**Modalidade do trabalho:** Relato de experiência

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <[http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/circ\\_resol/decreto\\_5626\\_2005.pdf](http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/circ_resol/decreto_5626_2005.pdf)>.

Acesso em: 27 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

ROLDÃO, Maria do Céu. Que é ser professor hoje? A profissionalidade docente revisitada. Revista da Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa, n.9, Nova Série, p.79-87, 2008.